

## 2) GEOPOLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

A partir dos anos 1970, concepções ambientalistas pautam os debates políticos internacionais. Pautados em críticas ao modo de relacionamento existente entre sociedade e natureza, os debates focam, de maneira ampla, nas injustiças ambientais, construção de acordos de reparação e na substituição da matriz energética global.

Apesar dos diversos encontros ambientais, parece que a saída pela geopolítica tem sido pouco eficiente no enfrentamento das questões ambientais.

A cada encontro internacional, o ~~ALARME~~ ALARME da crise ambiental parece soar mais alto.

Para responder o presente ponto, vamos considerar que a dificuldade em superar a questão ambiental e consolidar uma efetiva e necessária transição energética global passa pelas concepções modernas de sociedade e natureza adotadas. Assim, os diversos encontros internacionais se estruturam em conceitos e propostas que exigem esses dois temas como polos opostos, sendo necessária sua discussão. Por fim, vamos discutir como uma transição energética envolve uma geopolítica do Antropoceno, isto é, uma compreensão que supera visões modernas entre sociedade e meio ambiente.

De início, então, gostaríamos de lembrar que a forma como concebemos a natureza



É REFLEXO de NOSSA Sociedade. Como lembra Carlos Walter Porto-Gonçalves no livro Os (DES) caminhos do Meio Ambiente, o conceito de Natureza não é natural.

No Mundo Ocidental, a concepção dominante opõe sociedade e Natureza desde o período da Grécia Antiga. Foi com as reflexões de Platão e Sócrates que passamos a considerar a *Physis* como elementos distintos do ser humano - capazes de reflexões teóricas, superando, assim, leituras do Mundo pautadas em mitos.

Foi com a Modernidade que essa separação se consolidou em definitivo. Como comenta Bruno Latour no livro *JAMAIS FORMOS MODELOS*, o projeto da Modernidade se pautou na constituição de dois polos distintos, onde política e seres humanos estariam em oposição à Natureza e elementos não-humanos.

Através do estabelecimento de centros e disciplinas específicas, esses polos seriam purificados. Sociologia, Economia e Ciências Políticas, entre outras, seriam conhecimentos responsáveis por entender o polo da Sociedade, enquanto Física, Química, Matemática, e outras, ocupados por refletir os elementos do outro polo.

O projeto da Modernidade para Latour também seria organizado por Trade-offs desses polos, o que pode ser observado com a significativa presença de elementos híbridos e ~~até~~ MESMO com

A consolidação de uma disciplina necessária para constituir a ponte entre a sociedade e a natureza. Talvez seja a geografia a disciplina mais moderna entre as modernas.

Para a discussão construída aqui, consideramos alguns aspectos. O primeiro é a adoção, a partir da modernidade, de uma concepção específica de soberania. A política compreendida por uma linha hobbesiana vincula uma única forma de organização a um território específico. Dentro dos limites territoriais controlados pelo Leviatã, outras formas e grupos são controlados e ~~no~~ no exterior desses limites, as responsabilidades são de outras soberanias.

O segundo aspecto diz respeito às concepções e entendimento conferidos à natureza. Separada dos humanos, ela serve descobertas por leis e mobilidade como recurso. A serviço da sociedade, a natureza atende a interesses específicos dos Estados Territoriais, o que estabelece a colonialidade da natureza como comenta Arturo Escobar no livro *TERRITORIES OF DIFFERENCE*.

Esses aspectos vão orientar de forma decisiva as formas de proteger e orientar o relacionamento entre sociedade e meio ambiente. Como comenta Antônio Carlos Diegues no livro *O Mito moderno da natureza intocada*, concepções conservacionistas e preservacionistas



Orientam conceitos de desenvolvimento sustentável, a criação de territórios específicos para a proteção do meio ambiente e a garantia e busca por um segurança ambiental internacional.

Para Wagner de Costa Ribeiro, uma ordem ambiental internacional se estabelece a partir desses temas. Assim, temos uma geopolítica do Meio Ambiente quando os Estados estabelecem em encontros, reuniões e convenções a natureza como questão. Como discutimos mais a frente, esses encontros não problematizam as próprias concepções que fundam a sociedade moderna. Como avançar de modo efetivo na transição energética partindo de bases tão consociadas?

A ordem ambiental internacional se organiza em eventos e encontros. O texto de Wagner Ribeiro já apresenta muito bem todos eles. Gostaria apenas de comentar dois que julgo mais importantes para a questão apresentada.

A conferência de Estocolmo, de 1972, é importante para o debate não apenas por seu caráter inaugural. A relevância desse encontro para a ordem ambiental internacional é na consideração que temas como poluição atmosférica, chuva ácida e superpopulação são aspectos indutores de possíveis conflitos entre as nações. É fácil observar que a transição energética

NÃO era tema dos debates, mas o entendimento que as questões ambientais ultrapassam as fronteiras dos países. A solução apontada para a conferência, muito influenciado pelo relatório do Clube de Roma e por concepções conservacionistas, foi o uso adequado dos recursos naturais. Essa linha de reflexão iria ser transformada nos anos seguintes no conceito de Desenvolvimento Sustentável e teorizada de maneira crítica por Ulrich Beck no livro Sociedade de Riscos.

O segundo encontro ocorre em 1992 no Rio de Janeiro e tem sua importância na construção do conceito ~~de~~ de Segurança Ambiental internacional. Partindo da ideia de que há aspectos mínimos de natureza que garante a sobrevivência da espécie humana, a Rio-92 expressa visões preservacionistas e ~~de~~ coloniais apontando que a Segurança Ambiental internacional busca a manutenção de apenas um tipo de vida: A HUMANA.

Assim, com uma visão essencialmente moderna que vincula a solução das questões ambientais à Soberania dos Estados e coloca a natureza em um caráter hierárquico, a discussão da transição energética deu lugar para ganhar força.

De fato, não podemos negar que essas concepções modernas contribuíram para a consolidação de um capitalismo industrial



No final do século XIX. Pautado no consumo intenso de carvão e, no segundo momento, petróleo, a Era dos Impérios, na expressão de Eric Hobsbawm, contribuiu para o agravamento da crise ambiental.

Reflexões contemporâneas têm buscado separar visões modernas e compreender o período atual a partir de outras lentes. As chamadas Teorias do Antropoceno partem do princípio de que o ser humano se tornou um agente geofísico incontornável nas transformações do planeta.

Para esse grupo de teorias, também conhecidos como Teorias Gênia, o planeta terra não é igual a todos os outros, como considerou Galileu nos objetos da modernidade, mas único e específico, pois apenas aqui temos esse tipo de vida.

Esse conjunto de teorias evoca a necessidade modificação das bases teóricas que fundamentam as relações entre sociedade e natureza. Como Antropólogos, como Eduardo Viveiros de Castro no livro Metafísica Canibais e Philip Descola no livro Par-de-là Nature et Culture, apontam, outras formas de conceber sociedade e natureza são possíveis e existem no mundo contemporâneo em grupos não-modernos, como os indígenas.

Seguindo essa linha, seria insuficiente falar de uma Transição Energética global, quando grupos não-modernos estão excluídos de

insentidos de modo romantizado nos debates. Se esses grupos não participam dos Soberanismos territoriais existentes, torna-se impossível superar a modernidade e suas concepções.

Talvez ~~sejam~~ sejam esses os aspectos que levam a uma ineficiência da Geopolítica no enfrentamento dos Mudanças Ambientais. Se por um lado a rigidez do Soberanismo Estatal impede a efetiva participação de outros povos nos debates e conferências internacionais, por outro lado a visão de que a Natureza está a nosso serviço leva ao estabelecimento de nós cegos, quase impossíveis de desatar.

O tempo, porém, não pode esperar. Para além do debate sobre os direitos do planeta, bem conduzido por Bruno Latour no livro diante GAIA, uma Geopolítica do Meio Ambiente já envolve disputas e violências físicas relacionadas ao tema, como Mostra Marcelo Lopes de Souza do livro Ambientes e Territórios e Stephen GRAMAM Na Aldeia Water Wars in Mumbai

Assim, a pauta da transição energética global deve enfrentar as próprias concepções modernas de Sociedade e Meio Ambiente, atualizando as concepções de Soberanismo e Natureza, possibilitando que novas Geopolíticas sejam de fato estabelecidas na atualidade. Para além dos debates da COP, temos desafios importantes ao futuro.

## 5) GEOGRAFIA POLITICA, GEOPOLITICA e o ENSINO de GEOGRAFIA

APESAR de seu caráter fundador PARA A GEOGRAFIA MODERNA, uma geografia política e geopolítica renovada tem pouca influência na prática de educação geográfica.

SE a regular AUSÊNCIA de cursos de geografia política em cursos superiores de geografia e uma limitação de abordagens nos ensino Médio e fundamental chama atenção, também cria um interessante desafio aos geógrafos interessados nas relações entre política e espaço.

De modo curioso, porém, o afastamento de geografia política e geopolítica das práticas de ensino é recente. Parece que quando mais precisamos desses conhecimentos eles perdem sua relevância acadêmica.

Para responder a presente questão, gostaria de discutir primeiro, como a origem de uma geografia moderna se articulou ao ensino de geografia política. Em seguida vou problematizar as causas desse afastamento, indicando suas consequências para o ensino de geografia. Por fim, vou apresentar possibilidades de uma geografia política contemporânea em sala de aula.

De início, não é exagero afirmar que uma geografia moderna surge a partir do ensino da geografia política. Como comenta Haracio Copel no livro *Filosofia e Ciências na Geografia Moderna*, foi a



NECESSIDADE DE FORMAR PROFESSORES QUE DER ORIGEM AS CATEDRAS DE GEOGRAFIA NA PRÚSSIA E FRANÇA. Após a Guerra Franco-Prussiana, passou a ser considerado que conhecimentos do território e identificação nacional eram elementos fundamentais para futuras vitórias BÉLICAS.

Segundo Capel, foi a partir dessa NECESSIDADE que Ratzel, na época um Biólogo, e La Blache, historiador de formação, assumem suas funções. Eles foram então responsáveis por ensinar todos os conhecimentos sobre os territórios de seus respectivos países, contribuindo com o fortalecimento da Nação.

Como comenta Yves Lacoste no livro A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, a construção dessa geografia dos Estados Maiores levou à afirmação de uma geografia dos professores, isto é, um conhecimento pouco crítico que mascarou os projetos nacionais dos Estados a partir do levantamento de informações territoriais.

Não surpreende a apropriação desses conhecimentos pelos Estados. Na ERA dos impérios, a disputa por territórios, população e recursos tornou a política internacional um campo de disputas e conflitos em torno de fogueira política. SE ESSE campo der origem a uma geografia política clássica unidimensional, como julga Raffestin no livro Por uma Geografia



do poder, ou enfadonha como disse Lacoste, por outro lado vinculou o ensino de Geografia as práticas dos Estados de modo decisivo.

Essa prática também era vista em outros contextos. Como mostra Elaine Di Baggio no artigo (tradução) Cartográficas e os limites do Império, a Geografia política era a base do ensino de Geografia durante o Segundo Reinado Brasileiro. A partir do ATLAS do Império do Brasil, produzido para os alunos do Colégio Pedro II, a integração territorial do Estado era afirmada e os diversos conflitos regionais omitidos.

É curioso que um campo praticamente mimético a Geografia moderna e as práticas educacionais tenha perdido relevância ao longo do século XX. A meu ver, isso ocorre por dois motivos, sendo o primeiro deles a vinculação da Geografia política aos regimes totalitários do século XX.

Não podemos negar que os diversos discursos geopolíticos do início do século XX, como comenta Waldenley Messias de Costa no livro Geografia Política e Geopolítica, eram reflexos de posturas nacionalistas e expansionistas. Mackinder, Spykman, Mahan, entre outros refletiam sobre seus Estados e Haushofer, talvez, tenha dado um passo além em direção ao nazifacismo. Porém, a geografia acadêmica do pós-guerra parece ter jogado o bebê com a água fora, reduzindo a importância de geopolítica e de Geografia política no currículo

do mundo.

O segundo ponto é o fortalecimento de TEORIAS ESTRUTURALISTAS e pós-Modernas pós anos 1970. Nessa linha, tanto em abordagens Marxistas quanto nas perspectivas Simbólicas, se QUESTIONA o Estado como elemento importante para a organização do Mundo. Considerado uma ideologia, como nos trabalhos de Peter Taylor, o Estado seria responsável por MASCARAR a realidade.

Para Iná ELIAS de CASTRO, o efeito acadêmico dessas posturas foi uma ENRIQUECIMENTO despolitizada de temas como fronteiras, Estado Nôo, Migração, etc., além de uma revalorização das escolas locais e regionais na explicação do Mundo. Para além desses pontos, apresentados para o autor de um livro Geografia e Política, considero que os efeitos nas práticas de ensino em nível Médio e fundamental também podem ser notados.

O primeiro efeito é uma simplificação da Geopolítica com apenas referência aos conflitos ARMADOS entre Estados. Como os Parâmetros Nacionais Curriculares indicam, a Geopolítica serviria para os estudantes compreenderem os conflitos territoriais entre unidades políticas soberanas. Assim, temas como Geopolítica do Meio Ambiente ou disputas de poder entre grupos por Estados são articulados em outros campos, como Geografia ambiental ou mesmo História e Sociologia.



O segundo efeito no ensino de geografia é a consideração APENAS dos movimentos sociais como relacionados à prática política. Nesse linha, a política assume um caráter danoso aos ~~seus~~ grupos, que resistem às violências do Estado e da Globalização. Como a Base Nacional Curricular Comum mostra, seria competência de geografia política entender como, por exemplo, movimentos migratórios se firmam com as fronteiras Estatais.

Diante desse quadro, como uma geografia política renovada pode contribuir para o ensino de geografia? A seguir, gostaria de apresentar uma possibilidade de tema a ser abordado por discutir geogr. política.

Primeiro, porém, é importante destacar que uma geografia política renovada é aquela ~~multidimensional~~ estabelecida em múltiplas escalas, MAS NÃO NEGA o Estado, muito pelo contrário. Além disto, essa geografia vai além dos conceitos de território e poder, incluindo outros, como o de paisagem.

O tema de cidadania me parece uma possibilidade de superar os desafios de uma geografia política ligada ao ostracismo ou subordinada aos parâmetros da economia. Como James Holston aponta, a cidadania é tema necessariamente espacial e envolve a inclusão e exclusão dos diferentes no jogo de direitos e deveres mediado pelo Estado.

Pensar a cidadania a partir da Geografia política pode ser realizado pelo conceito de Espaço político como apresentado por Ina Elias de Castro em diversos artigos. A partir de uma apresentação prévia de exemplos de espaços políticos, podemos questionar: Junta dos Estudantes como afere Espaço se estrutura? O que ele representa e discute? Como busca alterar a agenda política? Quais as infraestruturas permitem ter acesso ao ambiente a plena participação.

O debate sobre cidadania também pode ser realizado a partir do conceito de paisagem. Problematisando a prática dos grafites nas cidades é possível questionar as formas e narrativas permitidas no Espaço, entender como o Estado permite que determinadas obras estejam presentes e outras não, além de questionar as estratégias de grupos subalternizados em se afirmar como presentes na cidade, sendo, assim, cidadãos e constituidores de paisagens políticas.

O tema da cidadania, então, pode ser um caminho para superar as limitações a que a Geografia política - geopolítica foram impostas. Superando visões reducionistas e despolitizadas torna-se possível a incorporação de novas abordagens para velhos temas que ainda estruturam nosso mundo.



## 6) Estados Nacionais no Mundo Contemporâneo

No final do século XX, os debates sobre a globalização anunciavam a vitória dos fluxos. Textos como os de Bertrand Badier, *La fin des territoires*, ou de O'Hanrahan, *The end of a Border World*, criticavam a figura política dominante no mundo desde o século XVIII:

### O Estado-nação

Apesar destas críticas, o século XXI mostrou como o Estado nacional ainda é presente em um mundo organizado na competição econômica e geopolítica. Seja no combate à pandemia do Covid ou na repressão de tensões globais, o Estado Nacional ainda é um ator fundamental.

Para responder esse ponto, primeiro gostaria de debater como o Estado Moderno se vincular a ideia moderna de Nação. Em seguida pretendo apresentar as características do mundo contemporâneo que colocam desafios aos Estados nacionais. Por fim, discutirei ~~se~~ como essa figura política se adequa a esses desafios de modo regionalmente diferenciado.

Para Eric Hobsbawm, as Nações modernas se diferenciam por serem instituições históricas e sociais específicas. Como o historiador inglês analisa no livro *As Nações e Nacionalismos pós 1788*, as Nações são movimentos de grupos que assumem o controle do Estado para gerar nos grupos.

Essa postura não difere muito da apresentada por Harbeson. O sociólogo

Alemão considera que a formação do Estado-Nação foi o resultado de grupo jurídicos, que estabeleceram concepções de soberania e povo, articuladas a grupos de aristocratas e promonarcistas, que estabeleceram identidades comuns.

Já para Otto Bauer em sua análise sobre o nacionalismo Austro-húngaro, enxuga os Estados-nacionais como comunidades de caráter e comunidades de destino. No primeiro conceito, o grupo adota aspectos comuns compartilhados a partir de um língua única. No segundo conceito, esse grupo assume um destino único a guiar o Estado.

Ernest Gellner analisa que as Nações são resultado de avanços do capitalismo mundial que substitui o caráter fixo para um móvel. Segundo esse autor, trata-se com o encontro com o diferente que nos afirmamos como grupos nacionais unificados.

Apesar dessas contribuições serem fundamentais para o entendimento dos Estados Nacionais, considero a abordagem de Benedict Anderson a mais inovadora. No seu livro Comunidades Imaginadas, Anderson defende que Nações são comunidades políticas imaginadas - soberanas, limitadas. Elas são soberanas, pois seguem as concepções modernas de Estado. Assumem o caráter imaginado por seus membros NÃO se conhecem. Tem limites territoriais que dividem e distinguem das outras Nações.



Por fim, São Comunidades de pais Estabelece uma horizontalidade nas relações.

Desse conjunto de teorias, gostaria de destacar duas questões: A primeira a chamar atenção é o fato desses autores não serem geógrafos. Apesar de ser um tema tradicional na geografia política e geopolítica clássica, o Estado nacional foi pouco teorizado por Ratzel e seus seguidores, sendo tomado como verdade absoluta.

A segunda questão diz respeito ao fato dos Estados nacionais expressarem mudanças na soberania. A partir dessa nova figura política, o poder não mais reside no soberano escolhido por Deus, mas emana no povo.

Como comenta Benedict Anderson, as Nações buscam suprimir diferenças e estabelecer uma unidade, a partir de mecanismos reais, como os monumentos, patrimônios, museus e censos. O símbolo maior desse novo elemento político é, entre os túmulos dos soldados desconhecidos, que mostram que um herói foi e quem a morreram por todos: A NAÇÃO.

Assim, as Nações surgem para defender e proteger aqueles reconhecidos como iguais a partir de um processo de superação das diferenças.

No mundo contemporâneo, dominado para



Competição Econômica e NOVAS geopolíticas, a atuação dos Estados nacionais teve de se ajustar.

A consolidação da globalização, como comentei no início, foi articulada a partir de uma série de mitos dos desterritorializantes, como considera Rogério Haesbaert. Nessa linha, o enfraquecimento do Estado ocorre com o fortalecimento de grandes empresas transnacionais e fortalecimento da multiculturalidade.

Na contemporaneidade parece que vivemos NÃO mais em Estados, porém em lugares diversificados conectados por redes.

AO MESMO tempo, NOVAS geopolíticas oriundas de avanços tecnológicos questionam a capacidade do Estado em defender seus cidadãos. Diante de AMEAÇAS nucleares e problemas Ambientais que não se limitam AS fronteiras, como o Estado-Nação pode atuar.

Ao que parece, a globalização como fábulas sai de cena e seu caráter perverso se afirma em definitivo, para usar os termos de Milton Santos em 'Por uma outra Globalização'.

Diante desse quadro, parece justo e mesmo fazer apertar o enfraquecimento do Estado Nacional. O fim da entidade política moderna anuncia o advento da pós-modernidade. O sociólogo MICHAEL MANN, no artigo

Os Estados Nacionais na Europa e outros  
partes chamam a atenção para outros aspectos.

Para eles, a figura do Estado-Nação  
deve ser pensada regionalmente, isto é,  
em determinadas áreas do planeta, como  
nos países Africanos dos ~~anos~~ anos 1990,  
NÃO era a chegada do ~~estado~~ pós-Modernidade  
que questiona o Estado-Nação, MAS a  
ausência de modernidade como um todo.  
Sem um poder infraestrutural adequado,  
afetados países tinham a ~~figura~~ organização  
do Estado-Nacional desafiada por grupos  
pelo militares.

Na Europa Ocidental, a União Europeia  
representa apenas um enfraquecimento  
econômico dessa figura política. O controle  
dos corpos femininos e do vida familiar,  
bem como do educação pública e da  
defesa das fronteiras ainda tem  
papel da Nação.

Entre os extremos do Somália e  
do Coreia do Sul, uma diversidade  
de Nações disputaria o reconhecimento  
e conexão com o Estado, onde  
diferentes disputariam o controle do poder  
político.

Assim, mais do que desaparecer  
em um mundo com ordem mundial  
partido pela competição econômica e  
com novas geopolíticas, em alguns

lugares o Estado Nacional era denunciado e em outras fortalecido.

Talvez a pandemia do Coronavírus tenha nos lembrado que as comunidades imaginadas ainda são fundamentais. O "fique em casa" indicava em um primeiro momento a preservação da vida individual, mas em um segundo momento também o cuidado com todo sua comunidade, mesmo aquelas que não conhecemos.

No mundo onde firmas transnacionais se consolidam, Os Estados Empreenderam políticas nacionais na compra e distribuição de vacinas. Assim, mesmo que novas geopolíticas indiquem a necessidade reconhecimento desses grupos, o Estado-Nação ainda é figura central!

Por fim, no mundo contemporâneo, continuamos a nos imaginar, aprofundando a atuação dos Estados. Resta a geopolítica política teorizar sobre esse tema e produzir um conhecimento efetivo do assunto.

